

SUPERVISÃO EM GRUPO DA PRÁTICA CLÍNICA PSICANALÍTICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Juan A. Brandt

RESUMO

Neste artigo são debatidos aspectos técnicos e o tema da transferência na supervisão clínica psicanalítica. Abordamos a supervisão individual e aquela que é realizada em grupo, com o propósito de reconhecer os obstáculos que dificultam a supervisão quando esta é realizada em grupo, mas também as necessidades que a justificam.

Palavras-chave: Psicanálise; Supervisão; Grupo; Transferência; Resistência.

ABSTRACT

GROUP SUPERVISION OF PSYCHOANALYTIC CLINICAL PRACTICE: SOME REFLECTIONS

This article discusses technical aspects and transference in psychoanalytic clinical supervision. We approach individual and group supervision, with the purpose of recognizing the obstacles that hamper supervision when it is carried out in a group, but also the needs that justify it.

Keywords: Psychoanalysis; Supervision; Group; Transfer; Resistance.

RESUMEN

SUPERVISIÓN EN GRUPO DE LA PRÁCTICA CLÍNICA PSICANALÍTICA: ALGUNAS REFLEXIONES

En este artículo discutimos aspectos técnicos y la transferencia presentes en la supervisión clínica psicoanalítica. Abordamos la supervisión individual y la que se realiza en grupo, con el propósito de reconocer los obstáculos que dificultan la supervisión que se realiza en grupo, pero también las necesidades que la justifican.

Palabras clave: Psicoanálisis; Supervisión; Grupo; Transferencia; Resistencia.

APRENDIZAGEM POR MEIO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA

A aprendizagem de uma prática profissional carece, em princípio, de haver interesse sobre seu método e técnicas, mas é preciso que o sujeito contribua também com habilidades pessoais que irão permitir um crescente aprimoramento na realização das atividades que se propõe cumprir. Contudo, quando o interesse profissional está voltado para um campo de atuação previamente existente, torna-se imperativo que sejam adicionados outros elementos que irão permitir ao neófito aprender o que os profissionais mais antigos já praticavam antes dele, de modo que consiga fazer um

trabalho que corresponda realmente ao que é preconizado como sendo o *savoir-faire* profissional tradicional e reconhecido.

Quando falamos em Psicanálise defrontamo-nos com outras considerações, pois este campo de conhecimento propõe os seus próprios elementos estruturantes ao estabelecer uma visão do homem que lhe é própria a partir do reconhecimento do Sujeito do Inconsciente, bem como uma relação especial do profissional que nela milita – o psicanalista – com o seu objeto de estudo, a subjetividade. Essa condição requer, para a sua prática, uma formação diferenciada daquelas da medicina e da psicologia, com a submissão necessária a um tratamento psicanalítico do profissional, a própria análise pessoal com um psicanalista de formação, bem como a obtenção de conhecimento teórico que possa sustentar essa prática. Também deve sustentar-se num método e numa técnica que têm suas especificidades, e são passadas a cada nova geração mediante a supervisão de sua prática clínica por um psicanalista que possa intitular-se psicanalista.

Freud faz poucas referências ao trabalho de supervisão. Porém, no texto “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades” (FREUD, 1919-2006, refletindo a respeito da questão da conveniência do ensino da psicanálise nas universidades, afirma que, “pode ser considerada sob dois pontos de vista: o da psicanálise e o da universidade”.

Continuando o texto à mesma página, Freud ressalta que:

“A inclusão da psicanálise no currículo universitário seria sem dúvida olhada com satisfação por todo psicanalista. Ao mesmo tempo, é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo. Porque o que ele necessita, em matéria de teoria, pode ser obtido na literatura especializada e, avançando ainda mais, nos encontros científicos das sociedades psicanalíticas, bem como no contato pessoal com os membros mais experimentados dessas sociedades. No que diz respeito à experiência prática, além do que adquire com a sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão e orientação de psicanalistas reconhecidos”. (Freud, 1919-2006 p. 187)

Mais adiante, ainda na mesma página, conclui esse raciocínio do seguinte modo:

“O fato de que uma organização dessa natureza existe, deve-se, na verdade, à exclusão da psicanálise das universidades. E é, portanto, evidente que esses sistemas de organização continuarão a desempenhar uma função efetiva enquanto persistir tal exclusão” (Freud, 1919-2006 p.187)

A questão da supervisão vem sendo tratada como essencial a partir da fundação da [International Psychoanalytical Association](#) (IPA) e desde então até a atualidade, pelas diversas escolas ou sociedades de formação psicanalítica e de psicoterapias analíticas de grupo ou grupo-análise. Isto, porque ficou logo evidente que a transmissão da Psicanálise não se realiza somente pelo conhecimento obtido nos livros que ensinam teoria, pois estes não conseguem transmitir tudo aquilo que neles não cabe por ser da ordem da subjetividade ou intersubjetividade e que se manifesta no encontro clínico

dual. Esta cena não é passível de ser descrita totalmente por meio de palavras na medida em que nela se manifestam simultaneamente a transferência e a contratransferência, que incluem conteúdos que, mesmo pertencendo ao “mundo da palavra”, incluem ainda aqueles conteúdos que antecedem a aquisição da mesma palavra por cada sujeito do encontro, conteúdos bastante primitivos e de variedade inalcançável pela própria palavra. Como podemos depreender do pensamento freudiano (FREUD, 1901-2006), “*Das Ding*” ou “a coisa” recebe significado quando a ela se liga uma palavra. Antes do surgimento da palavra existem somente imagens ou sensações (*Das Ding* sem significado) e é com a entrada da palavra que surgem os significados. Portanto, é preciso que ocorra uma ligação – um vínculo - entre imagem ou sensação por um lado e, por outro lado, a palavra, para que tenhamos um significante. Essa é então uma questão central na transmissão da Psicanálise, dificultando ou mesmo impedindo que um Saber possa ser transmitido em sua integralidade por meio de um discurso acadêmico.

A respeito do percurso psicanalítico na Universidade, cabe uma leitura do Seminário XVII de Lacan, “O Averso da Psicanálise”, (LACAN, 1969-1992) no qual esse autor analisa os discursos do Mestre ou Senhor, da Histórica, do Analista e do Ensino Universitário, apontando este último como sendo o discurso da impotência e do mestre perverso. Essa indicação de Lacan considera o compromisso com a produção como sendo norteador do ensino universitário e afasta substancialmente esse discurso do discurso do Analista, que é aquele que é convocado a fazer alguma coisa com o discurso da Histórica, algo que possa dar novo sentido à falta de sentido do sintoma, um novo sentido que a priori não se sabe se terá sentido e que difere do discurso do Senhor, que é um discurso retirado do escravo que detém o saber-fazer. Encontra-se, nesse debate, uma ponte entre as posições possíveis do escravo-proletário e do estudante, na medida em que ambos são usados para a concretização de um resultado produtivo como objetivo capitalista.

A supervisão constitui o ponto culminante de uma “passagem” do estudante para aproximar-se do lugar de analista com um discurso que possa dar um estatuto à histórica apontada por Lacan. Desde esse ponto de vista, não há como situar a efetividade de uma supervisão em um contexto produtivo tal como aquele que é adotado pelo sistema universitário, considerando que as métricas deixarão sempre “de fora” alguma coisa que de outro modo deveria “estar dentro”. Isto, para que as possibilidades de procurar sentido a partir do sintoma possam ser buscadas na amplitude sem limites de um debate analítico.

Cortesão, em sua obra intitulada “Grupanálise – teoria e técnica” (CORTESÃO, 2008) afirma:

“A supervisão é o ponto de encontro de três afluentes: a maturidade do candidato em elaboração na sua grupanalise; o enriquecimento científico assimilado no Curso de Formação; a experiência recriadora de descoberta e estimulação emergindo no confronto e na convivência com o grupo de supervisão e supervisor.” (CORTESÃO, 2008, p.86)

Balint, representante do movimento húngaro de Psicanálise, dedicou-se à formação de grupos de supervisão de profissionais tais como assistentes sociais e médicos, tendo como objeto do trabalho grupal a análise da contratransferência de cada

um dos participantes em relação aos seus pacientes. Veja-se a obra “O médico, seu paciente e a doença” (BALINT, 1957-2005). Nesse trabalho, a análise da transferência do paciente em relação ao médico que participa do grupo Balint recebe análise em conjunto com a contratransferência desse médico. Nesse contexto todos os demais participantes do grupo são convocados de algum modo a entrar em contato com as próprias contratransferências que surgem em relação ao relato que escutam de um colega e sobre o qual se debruçam em análise.

Brandt (2010), aplicando o modelo de Grupo Balint, desenvolveu pesquisa para análise de contratransferência de profissionais variados que apresentam dificuldades para lidar com as demandas de pessoas que deles dependem. Seu foco volta-se para líderes no trabalho e ainda equipes multiprofissionais em hospitais e instituições de acolhimento além de outros espaços. Nesses grupos, o relato de um caso por um dos participantes permite disparar sentimentos contratransferenciais em todo o grupo, o que permite a análise da contratransferência.

A oportunidade da supervisão, sua forma de realização e sua intensidade e/ou frequência têm variado em função de organizações ou condições que tipificam cada instituição psicanalítica, porém existe a tendência a exigir-se de cada candidato o compromisso de relatar, descrevendo o mais fielmente possível, a cena analítica de que participou. Desse modo, o supervisor espera captar e compreender aquilo que marca a cena e a partir dessa percepção, contribuir junto ao supervisionando com reflexões e orientações que lhe permitam aprimorar a aplicação do método psicanalítico, aprimorar também o uso das técnicas, conhecer melhor sobre a transferência de seu paciente e analisar as suas próprias reações ante a demanda do paciente, o que neste momento apresentamos como sendo a análise de sua contratransferência.

O início da supervisão está intimamente relacionado ao começo da prática clínica e esta varia em função de exigências impostas pelas instituições de formação. De modo geral, é exigido do candidato que antes de praticar ele tenha cumprido um mínimo de horas de análise e tenha realizado uma adequada imersão na leitura dos textos psicanalíticos. Essas exigências, contudo, estão sujeitas a variações relativas ao percurso e à formação prévia de cada candidato.

A forma de realização da supervisão varia de acordo com três possibilidades: a supervisão individual, a supervisão em grupo e finalmente a aplicação das duas formas durante um mesmo percurso de formação. Nas sociedades de formação psicanalítica *stricto sensu* a supervisão individual é aplicada de modo quase que exclusivo e nas sociedades de formação do campo que denominamos psicoterapia analítica de grupo ou grupo-análise, cabe a necessidade de aplicação das duas formas. A supervisão exclusivamente no grupo é aplicada também nas formações de psicoterapeutas analíticos de grupo ou grupo-analistas e é exclusiva – até onde sabemos - nos estágios clínicos nas universidades devido a aspectos relativos a custos, produtividade e padronização que permita avaliação.

A frequência e/ou intensidade da supervisão está sujeita a considerações relativas a três fatores: o tempo de prática, a experiência prévia do candidato e a quantidade de atendimentos aos quais ele se dedica. Considera-se, contudo, que havendo uma prática cotidiana do candidato, cabe realizar ao menos uma sessão de

supervisão por semana, pois em cada atendimento clínico são manifestados pelos pacientes conteúdos que podem receber novas análises. Nesse sentido, as dificuldades do neófito em particular somente podem ser por ele reconhecidas durante e a partir de cada ato analítico; isso desde que se tenha apropriado de um conhecimento prévio que lhe permita ter *insights* sobre a cena analítica que depara.

Em princípio, é exigido que seja cumprido um mínimo de horas de supervisão. Tomamos como exemplo a International Federation of Psychoanalytical Societies – IFPS (2017), que exige a realização de horas de supervisão distribuídas junto a dois psicanalistas-supervisores que tenham um mínimo de 5 anos de prática psicanalítica obtida após a conclusão de sua formação. É requerido que o candidato tenha cumprido um mínimo de 600 horas de atendimentos de pacientes com frequência de 3 sessões semanais e que um desses pacientes tenha cumprido 200 horas de atendimento. Além disso, as sessões devem ter duração mínima de 45 minutos. A IFPS também exige que a supervisão seja realizada durante todo o período que compreende as 600 horas de atendimento clínico usadas para cômputo da formação do psicanalista.

Nos estágios clínicos da graduação em psicologia as horas de supervisão costumam aproximar-se de um mínimo de 60 horas e basicamente em grupo. Consideramos esse quantitativo totalmente insuficiente para a aquisição de um conhecimento minimamente suficiente sustentado na experiência clínica psicanalítica. As questões que envolvem avaliação, padronização, perda da neutralidade teórica e os atravessamentos institucionais da ordem da homogeneização, típicas do ambiente universitário, tendem a transformar a transmissão da Psicanálise nesse ambiente, em algo incoerente, incompleto e eventualmente falacioso. Há pouco espaço para uma transmissão aprofundada que possa viabilizar a apropriação pelo estudante de um saber psicanalítico *stricto sensu*. Lustoza & Pinheiro (2014) reconhecem as deficiências dos estágios em clínica-escola, porém afirmam que é possível obter na Universidade algum espaço para uma abertura no sentido de um reconhecimento inicial da Psicanálise por parte do estudante, que lhe permitiria um posterior engajamento num percurso psicanalítico efetivo, quando a supervisão poderia realizar-se de outro modo.

OS GRUPOS DE SUPERVISÃO

A partir de nossa experiência com os variados modelos de supervisão, colocamos em seguida as nossas reflexões a respeito de manifestações dos supervisionandos durante os processos de supervisão em grupo. Ressaltamos que o tema de nosso debate é a supervisão em grupo de psicólogos que pretendem praticar a psicanálise como psicoterapeutas individuais ou pretendem aproximar-se da Psicanálise do divã.

Nesses grupos de supervisão verificamos amiúde que os supervisionandos priorizam o relato dos conteúdos dos pacientes e ao mesmo tempo omitem ou disfarçam as referências aos próprios erros ou dificuldades. Ocorre porque no grupo surge um “incômodo” do relator ao reconhecer a própria falta de conhecimentos teóricos e isso vai se tornando mais intenso na medida em que os próprios participantes vão se

reconhecendo mutuamente não mais como neófitos e sim profissionais, ao tempo em que o lugar de neófito gera neles um estatuto que precisa ser abandonado visando colocar-se no mercado. Isso se apresenta particularmente intenso nos candidatos que seguiram do estágio acadêmico para o grupo de supervisão após a conclusão do curso de graduação mantendo o mesmo grupo e o mesmo supervisor. Nesses casos, se o supervisor evidencia com clareza as dificuldades do supervisionando, surge imediatamente a resistência ao processo e o abandono do grupo pode ser iniciado. Por outro lado, se o supervisor se contém, os demais participantes do grupo passam a julgar que está havendo proteção ou preferência e ao mesmo tempo o supervisionando em causa não evolui como analista. Um ponto importante a considerar é que no tempo do estágio acadêmico, a condição de estudante dava ao agora psicoterapeuta um lugar reconhecido de aluno, portanto de não-saber parcial, enquanto após a formatura fica difícil para ele reconhecer-se nesse lugar, até porque passa a referir-se a si mesmo como profissional.

Outra situação está presente com supervisionandos que relatam sempre o mesmo caso clínico ou os mesmos casos e, quanto aos outros pacientes de sua clínica, não fazem menção ou pontuam somente algum ponto específico. Esses supervisionandos podem estar omitindo casos dos quais se envergonhariam, mas também podem estar identificados com os pacientes que trazem para supervisão constantemente, o que requer a recomendação de que seja retomada a análise pessoal. Mas pode ser que, apesar de um possível incômodo ante o olhar dos demais participantes do grupo de supervisão, estejam conscientes de que não estão conseguindo realizar um trabalho satisfatório; de qualquer modo, sendo esta última a razão da repetição, cabe-nos refletir a respeito, pois nessa repetição temos o sintoma de que algo está faltando entre supervisionando e supervisor e que a condição de grupo está sendo canalizadora dessa dificuldade.

Há supervisionandos que após certas sugestões do supervisor, afirmam que fizeram no atendimento uma interpretação aproximada do que ele sugeriu e que tinham esquecido de relatar “isso ou aquilo”. Percebe-se, nesse tipo de situação, que o olhar dos outros participantes da cena grupal de supervisão está mais uma vez afetando o relator do caso, mas cabe o registro de que em algumas supervisões individuais também ocorrem tais manifestações; nesses casos o supervisor se sente compelido a interpretar tal movimento ou então separar os tempos com clareza, um relativo ao relato de caso e outro relativo às suas sugestões e orientações e/ou interpretações, de modo que a repetição desse expediente pelo supervisionando vá se tornando inconveniente perante o grupo. Contudo, fica evidente que questões da análise pessoal estão atravessando o *setting* da supervisão.

Outros supervisionandos querem deixar um caso para tratar junto ao supervisor quando o tempo do grupo termina; percebe-se nessa situação um sintoma do próprio supervisionando, que teme fazer o relato daquele caso perante os demais participantes. Lembramos que também em nossa clínica temos pacientes que deixam uma parte do conteúdo para os últimos minutos, evidentemente devido à resistência.

Retomando a questão dos estágios clínicos na graduação em psicologia, reconhecemos que realmente surgem novos interessados na Psicanálise a partir ou

depois do engajamento prévio em estágios ditos psicanalíticos durante a graduação, mas deve ser enfatizado que não são poucos os estudantes de graduação que após formados, embrenham-se profissionalmente na clínica psicológica intitulando-se “psicanalistas” e reconhecendo-se como tais, apesar de um parco, lacunado e enviesado conhecimento psicanalítico adquirido durante esse estágio na clínica-escola. Nota-se também que há graduados que cursam posteriormente uma pós-graduação de caráter eminentemente teórico e em função desse aprendizado passam a reconhecer-se como psicanalistas, apesar de não terem feito análise pessoal nem terem cumprido supervisão.

Observa-se que as leituras recomendadas durante a supervisão nos estágios clínicos da graduação nem sempre são realizadas. Quanto aos aspectos técnicos, contudo, consegue-se maior envolvimento. Os aspectos contratransferenciais, quando é possível trabalhá-los minimamente junto aos estagiários, causam importantes repercussões, mas nem sempre é obtido que sejam levados a uma análise pessoal.

Contudo, encontramos nos grupos aqueles participantes que conseguem colocar-se sem maiores temores em relação aos demais. Consideramos que esses encontraram no grupo a sensação de estarem protegidos pela própria condição de pertencimento a um grupo fraterno que tem no supervisor o líder que irá proteger a todos.

Entretanto, cabe enfatizar que a supervisão individual permite um efetivo trabalho sobre as resistências do candidato, seus aspectos contratransferenciais e o campo da técnica. Contudo, deve ser levado em conta que para a transmissão relativa à clínica da psicoterapia psicanalítica de grupo ou grupo-análise, a forma de supervisão exclusivamente “fora do grupo” dificulta a preparação do candidato para o exercício de suas atividades “dentro do grupo”. Esse ponto merece receber a atenção dos futuros psicanalistas que embora não queiram cumprir uma “formação” de grupo-analista, pretendem receber em atendimento mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Ao não participar de um grupo analítico ou de supervisão, o candidato perde a oportunidade de colocar-se em uma situação de enfrentamento e/ou competição em um contexto que implica no reconhecimento de um não-saber, oportunidade essa que permite a redução de posições narcísicas.

DISCUSSÃO

Na supervisão a resistência, tão discutida por Freud desde o início de sua obra até o final de sua vida (Freud, 1895-2006; 1938/1940-2006), está sempre presente em algum grau, afinal estamos falando de psicanálise mesmo quando ocorre supervisão, seja em grupo ou individual. Mas, de modo geral, a resistência se apresenta mais reduzida quando a sugestão do supervisor é relativa às formas de atuação técnica. Entretanto, quando da exposição de aspectos contratransferenciais, surge a tendência para desenvolver-se importante resistência que facilmente transborda para o abandono do grupo e talvez o afastamento em relação ao supervisor. Entrar em contato com o reconhecimento de que foi a contratransferência que levou ao que poderia ser visto como “erro” técnico, pode constituir forte ameaça ao reconhecimento de si mesmo como profissional da Psicanálise.

A atmosfera do grupo de supervisão transita entre os pressupostos básicos de Bion (1970), desde o de dependência em relação ao supervisor, para o *pairing* e para a fuga. A luta, contraparte da fuga pode surgir por meio de resistências do tipo da relatada quando o supervisionando, após ouvir uma recomendação do supervisor, diz ter feito justamente o que o supervisor lhe sugeriu. Levar o grupo de supervisão para a situação de grupo de trabalho acontece a cada tempo em que o supervisor pede relatos e em que faz suas observações, mas os pressupostos de Bion estão sempre à espreita, merecendo atenção constante.

Acreditamos que os mecanismos psíquicos que atuam no grupo de supervisão quando não se trata de formação de grupo-analistas, são relativos à mesma competição que esteve presente na Instituição Psicanalítica desde os tempos de Freud, quando os membros do círculo disputavam perante o Pai um lugar especial e que redundaram em rompimentos tais como os de Jung e Adler e que desencadearam a grande crise da Instituição, delineada a partir do adoecimento de Freud nos anos 1920 e precipitada com sua morte em 1939 (Kupermann, 2014).

Cabe também colocarmos em questão os motivos que levam à formação de grupos de supervisão quando não se trata da formação de psicoterapeutas analíticos de grupo ou grupo-analistas. O que se percebe é que está presente uma questão de custos para os supervisionandos e de atendimento à demanda por parte do supervisor.

Entretanto, deve-se dedicar outro olhar à psicanálise universitária, pois esta, devido ao tamanho do próprio público que deve receber supervisão e também devido ao propósito de estabelecer-se somente um início de percurso, encontra na formação de grupos de supervisão um modo que pretende dar conta da missão de transmissão limitada aos requisitos da própria Universidade. Neste caso constata-se que todos os estudantes podem ocupar o lugar de neófitos sem nenhum constrangimento. Mas está presente outro problema, que é relativo à impotência do supervisor psicanalista perante os atravessamentos institucionais conforme já foi abordado.

Cabe ainda o registro de que quando o grupo de supervisão é integrado por profissionais graduados candidatos ao lugar de psicoterapeuta analítico de grupo ou grupo-analista, é formada outra situação grupal que contempla essa condição dos membros do grupo. Nesse caso a supervisão é realizada sobre conteúdos relativos ao relato de um processo grupal, ensejando a possibilidade de uma análise transversal entre os dois grupos de pertencimento do supervisionando, aquele em que ele está como grupo-analista e esse em que está como supervisionando. A similitude de conteúdos e aspectos transferenciais / contratransferenciais e sua análise tendem a possibilitar algum *insight* propiciador da redução das resistências.

A experiência com os Grupos Balint nos permite, contudo, reconhecer um lugar para a supervisão em grupo de um modo diferenciado, focalizando o trabalho sobre a contratransferência. Nesses grupos, os aspectos contratransferenciais recebem uma compreensão adicional decorrente de todos os participantes do grupo entrarem em contato com suas próprias contratransferências. Essa condição permite anular o temor do olhar dos outros do grupo e reduz tremendamente as resistências do relator do caso. A dificuldade nesse caso é que em cada encontro do grupo de supervisão será tratado um só caso ou serão dois no máximo e, como os participantes dos grupos de supervisão

estão ávidos por submeter as próprias práticas às observações do supervisor, tais grupos podem existir somente como formação complementar ou melhor ainda, como modo adequado para que psicanalistas e psicoterapeutas analíticos de grupo ou grupo-analistas formados possam dispor de um “espaço” visando retomar o debate de casos e confrontar-se com sua contratransferência nunca totalmente eliminada, o que pode constituir um adequado substituto para os grupos de interlocução sobre a clínica tão procurados por psicanalistas experientes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À GUIA DE ENCERRAMENTO DO TEXTO

A supervisão em grupo de psicanalistas do divã por meio de Grupos Balint, constitui um bom modo para complementar a formação em paralelo ou posteriormente à supervisão individual e constitui um substituto interessante para os grupos de interlocução sobre a clínica. Na formação de psicoterapeutas analíticos de grupo ou grupo-analistas sabe-se que é essencial a participação em grupos de supervisão, mas ressalta-se que a simultânea submissão a uma supervisão individual, eventualmente acompanhada de um processo analítico, é considerada benéfica no sentido de aprofundar o trabalho relativo a resistências contratransferenciais, quando estas não possam ser aprofundadas no grupo sem uma exposição talvez incômoda do candidato. Quanto ao campo da psicanálise universitária, consideramos que um bom modo de criar um espaço de supervisão pode ser propiciado pela aplicação do Grupo Balint, desde que os participantes possam dispor de análise pessoal e supervisão individual em ambiente que esteja isento da contaminação do ambiente acadêmico. Ao mesmo tempo, fazemos a advertência de que cabe àqueles supervisores nas clínicas-escola que se propõem a realizar alguma coisa que se aproxime de uma transmissão da psicanálise, que estabeleçam durante esses estágios o espaço de palavra necessário ao debate sobre os discursos perversos que para bem longe da Psicanálise poderão levar os estudantes iludidos por discursos perversos, de modo que não confundam o discurso do Mestre ou Senhor ou o do Ensino Universitário com o discurso do Analista, nem lhes falte a escuta e a capacidade de interpretar o discurso da Histórica, portanto não se tornando profissionais do *Averso da Psicanálise*. Nesse sentido, lembramos que Freud indicou a neurose como sendo o negativo da perversão (FREUD, 1901/1905 – 2006) e enfatizamos que o sentido de “avesso da psicanálise” contempla justamente o avesso da neurose, portanto o campo da perversão.

REFERENCIAS

- BALINT, M. **O médico, seu paciente e a doença** (título original: *The doctor, the patient and his illness*, trad. de Roberto de Oliveira Musachio, 2ª. ed.). São Paulo: Atheneu, (1957-2005), 291 p.
- BION, W. R. **Experiências com grupos**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.
- BRANDT, J. A. **Liderança democrática no trabalho – grupo Balint: o recomeço para os líderes**. Curitiba: Juruá, 2010, 253P.
- CORTESÃO, L. C. **Grupanálise – teoria e técnica**. Lisboa: SPG/Sociedade Portuguesa de Grupanálise ao cuidado de Fundação Calouste Gulbenkian. 2008, 335 p.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume II**. Rio de Janeiro: Imago. (1893/1895-2006), 350 p.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volumes IV e V**. Rio de Janeiro: Imago. (1900/1901-2006), 363 p. e 777 p. respectivamente.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume VII**. Rio de Janeiro: Imago. (1901/1905 2006), 329 p.

FREUD, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume XVII**. Rio de Janeiro: Imago. (1919-2006), 325 p.

FREUD, S. Esboço de psicanálise. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume XXIII**. Rio de Janeiro: Imago. (1937/1940-2006), 351 p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF PSYCHOANALYTIC SOCIETIES – IFPS.
Statutes of the IFPS. Disponível em <http://www.ifps-online.com/>. Acessado em 15-06-2017.

KUPERMANN, D. **Transferências cruzadas – uma história da psicanálise e suas instituições**. São Paulo: Escuta, 2014, 202 p.

LACAN, J. **Seminário Livro XVII – O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar (1969-1992), 208 p.

LUSTOZA, R. Z. & PINHEIRO, N. N. B, (2014). Discurso universitário e função do estágio na clínica-escola: contribuições da psicanálise. In **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 2-14, dez. 2014.

Recebido em: maio de 2017

Avaliado em: Junho de 2017

Aceito em: julho de 2017

Juan Adolfo Brandt; Economista e Psicólogo, Psicanalista. Doutor e Mestre em Psicologia Social pela USP. Pesquisador GT ANPEPP Psicanálise em Redes. Membro da SPP-DF, SPID e IFPS. Pós-doutorando na UCB - Brasília. Tel. 61-99218-1886; e-mail: juanbrandt.psi@gmail.com